



O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 120 - Revogar, a partir de 05 de abril de 2004, a Portaria PGR nº 571, de 22 de agosto de 2003, publicada no DOU - Seção II, pág. 25, de 26 subsequente, que lotou provisoriamente, a pedido, o Procurador da República MARIO LÚCIO DE AVELAR na Procuradoria da República no Distrito Federal, até ulterior deliberação, sem ônus adicional para o Ministério Público Federal.

Nº 121 - Revogar, a partir de 05 de abril de 2004, a Portaria PGR nº 163, de 18 de março de 2003, publicada no DOU - Seção II, pág. 25, de 19 subsequente, que designou a Procuradora da República ELIANA PIRES ROCHA, lotada na Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para oficiar, em caráter provisório, junto à procuradoria da República no Distrito Federal, até ulterior deliberação, sem ônus adicional para o Ministério Público Federal.

Nº 122 - Revogar, a partir de 05 de abril de 2004, a Portaria PGR nº 62, de 13 de fevereiro de 2003, publicada no DOU - Seção II, pág. 29, de 17 subsequente, que lotou, provisoriamente, a pedido, a Procuradora da República ANA CAROLINA YOSHIO KANO, na Procuradoria da República no Estado de São Paulo, até ulterior deliberação e sem ônus adicional para o Ministério Público Federal.

Nº 123 - Revogar, a partir de 05 de abril de 2004, a Portaria PGR nº 428, de 19 de junho de 2002, publicada no DOU - Seção II, pág. 28, de 21 subsequente, que lotou, provisoriamente, a pedido, o Procurador da República ZILMAR ANTONIO DRUMOND, na Procuradoria da República no Estado do Tocantins.

Nº 124 - Revogar, a partir de 05 de abril de 2004, a Portaria PGR nº 201, de 04 de março de 2002, publicada no DOU - Seção II, pág. 28, de 05 de março de 2002, que designou o Procurador da República JOSÉ GUILHÉM FERRAZ DA COSTA, lotado na Procuradoria da República no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, pela Portaria PGR nº 108, de 18 de janeiro de 2002, publicada no DOU - Seção II, pág. 32, de 22 subsequente, para oficiar, em caráter provisório, junto à Procuradoria da República no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, até ulterior deliberação, sem ônus adicional para o Ministério Público Federal.

Nº 125 - Revogar, a partir de 05 de abril de 2004, a Portaria PGR nº 188, de 26 de fevereiro de 2002, publicada no DOU - Seção II, pág. 25, de 28 subsequente que designou o Procurador da República RAFAEL RIBEIRO NOGUEIRA FILHO, lotado na Procuradoria da República no Município de Petrolina, pela Portaria nº 171, de 08 de fevereiro de 2002, publicada no DOU - Seção II, pág. 19, de 14 subsequente, para oficiar, em caráter provisório, junto à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, até ulterior deliberação.

Nº 126 - O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Revogar, a partir de 05 de abril de 2004, a Portaria PGR nº 383, de 22 de maio de 2002, publicada no DOU - Seção II, pág. 21, de 24 subsequente que autorizou o Procurador da República CLÁUDIO MÁRCIO DE CARVALHO CHEQUER, lotado na Procuradoria da República no Município de Itaperuna, a oficiar junto à Procuradoria da República no Município de Campos dos Goytacazes, ambas no Estado do Rio de Janeiro, por dois dias por semana, até ulterior deliberação.

Nº 127 - Revogar, a partir de 05 de abril de 2004, a Portaria PGR nº 130, de 23 de abril de 2001, publicada no DOU - Seção II, pág. 16, de 25 subsequente que autorizou, provisoriamente, o Procurador da República FERNANDO BRAGA DAMASCENO, da Procuradoria da República no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, a oficiar junto à Procuradoria da República no Estado do Ceará, até ulterior deliberação, sem ônus adicional para o Ministério Público Federal.

CLAUDIO LEMOS FONTELES

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

PORTRARIAS DE 25 DE MARÇO DE 2004

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, resolve:

Nº 263 - Exonerar, a partir 22 de março de 2004, PATRÍCIA LELIS ASSUNÇÃO, matrícula 10056-1, do cargo em comissão de Secretário Administrativo, FC-02, do Gabinete do Doutor ANTÔNIO AUGUSTO CÉSAR.

Nº 264 - Designar VANESSA GONÇALVES ASSUNÇÃO, ocupante do cargo de Analista Processual, código AN-101.00, classe A, padrão 3, matrícula 8784-0, para exercer a função comissionada de Assessor, FC-06, da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dispensando-a, em consequência, da função comissionada de Assessor, FC-05.

Nº 265 - Nomear ELIANTO DE SOUZA DO COUTO, Bacharel em Direito, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, FC-05, da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Nº 266 - Dispensar, a partir de 15 de março de 2004, HEITOR ALVES SOARES, Bacharel em Direito, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe A, padrão 4, matrícula 2253-5, da função comissionada de Assessor do Procurador-Chefe, FC-05, da Procuradoria da República no Estado de Rondônia, tendo em vista sua nomeação para o cargo de Procurador da República.

Nº 267 - Designar HULDAINNY PINHEIRO HERMSDORF ocupante do cargo de Analista Processual, código AN-101.00, classe A, padrão 4, matrícula 6974-4, para exercer a função comissionada de Assessor do Procurador-Chefe, FC-05, da Procuradoria da República no Estado de Rondônia.

Nº 268 - Nomear ALEXANDRA POMPERMAYER, Bacharela em Direito, para exercer o cargo em comissão de Assessor, FC-05, de Procurador Regional da República da Procuradoria Regional da República da 4ª Região - (Porto Alegre), para atuar junto ao Gabinete do Doutor FLAVIO AUGUSTO DE ANDRADE STRAPASON.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

PORTRARIA N° 78, DE 23 DE MARÇO DE 2004

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Designar o Doutor RONALDO PETIS FERNANDES, Promotor da Justiça Militar, lotado na PJM/Rio de Janeiro/RJ - 3º Ofício, para, sem prejuízo de suas demais atribuições legais, atuar nos autos do Inquérito Policial Militar nº 06/02, em trâmite na 3ª Auditoria da 1ª CJM.

MARISA TEREZINHA CAUDURO DA SILVA

PORTRARIAS DE 24 DE MARÇO DE 2004

A Procuradora-Geral DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 140 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no artigo 2º, inciso III, § 2º da Resolução nº 37/CSMPM, de 29 de agosto de 2001, resolve:

Nº 79 - Designar o Doutor NELSON LUIZ ARRUDA SENRA, Subprocurador-Geral da Justiça Militar, para oficiar na Sessão de Julgamento do Egrégio Superior Tribunal Militar, a realizar-se no dia 15 de abril de 2004.

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e artigo 1º, alínea g, da Portaria nº 308/PGR, de 28 de maio de 1996, tendo em vista o contido no Processo nº 08160.002367/04, resolve:

Nº 80 - Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao Doutor ANTONIO BATISTA DE SOUZA, Procurador da Justiça Militar, da Carreira do Ministério Público Militar, no cargo de Promotor da Justiça Militar, com fundamento no art. 3º, caput, da Emenda Constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998, e art. 129, § 4º c/c art. 93, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, na redação anterior à referida Emenda, com a vantagem prevista no art. 232, parágrafo único, primeira parte, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e a vantagem pecuniária individual instituída pela Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.

MARISA TEREZINHA CAUDURO DA SILVA

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTRARIAS DE 24 DE MARÇO DE 2004

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXXVI do artigo 1º da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2003, resolve:

Nº 423 - DISPENSAR a Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo) ARIANE PEREIRA ALVES, Matrícula 4140-8, da função de confiança de Assistente Administrativo, Código FC-1, exercida no Instituto Serzedello Corrêa da Presidência deste Tribunal, a contar de 18 de março corrente.

Nº 425 - DESIGNAR a Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo) ARIANE PEREIRA ALVES, Matrícula 4140-8, para exercer, no Instituto Serzedello Corrêa da Presidência deste Tribunal, a função de confiança de Assessor, Código FC-3, constante da Resolução-TCU nº 147, de 28 de dezembro de 2001.

ARY FERNANDO BEIRÃO
Substituto

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTRARIA N° 33, DE 25 DE MARÇO DE 2004

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.112/90, no artigo 95 do Regulamento da Secretaria, no artigo 1º da Resolução STF nº 253/2003 e, ainda, considerando o que consta dos Processos nºs 310.799/1999 e 317.169/2003, resolve:

Nomear, em caráter efetivo e observada a ordem de classificação, RODRIGO DEDE DE CASTRO LEITE, habilitado em concurso público realizado pelo Supremo Tribunal Federal, para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1, na vaga decorrente da aposentadoria de Luisa da Silva Miranda.

MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA

SECRETARIA

PORTRARIA N° 81, DE 24 DE MARÇO DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com base no caput do artigo 38 da Lei nº 8.112/90 e considerando o disposto na alínea "d" do inciso IX do artigo 65 do Regulamento da Secretaria, bem como no inciso II do artigo 2º da Resolução STF nº 253/2003, resolve:

Designar o servidor Antônio Grangeiro da Costa Júnior, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, como substituto do Chefe da Seção de Arquitetura, nível FC-06, da Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais.

RODRIGO CURADO FLEURY

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTRARIAS DE 25 DE MARÇO DE 2004

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, nos termos do artigo 137 do Regulamento Interno da Secretaria e com base no inciso VIII, do artigo 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 111 - NOMEAR, em caráter efetivo e observada a ordem de classificação, a candidata Lília Maria da Cunha Fernandes, em virtude de sua habilitação em concurso público, para exercer, neste Tribunal, o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "A", Padrão 1, em vaga decorrente da aposentadoria de Rosália Ferreira de Souza Filha.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições, resolve

Nº 112 - AUTORIZAR, pelo período de um ano, a cessão ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, do servidor CLEYTON LUIZ DE MELO EUFRÁSIO, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Operação de Computadores, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens.

MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATO N° 55, DE 25 DE MARÇO DE 2004

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XXV, do Regimento Interno e tendo em vista o que consta do Processo STJ 7439/2003, resolve:

READAPTAR, com fundamento no art. 24, § 2º, da Lei nº 8.112/90, alterado pela Lei nº 9.527/97, no cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, o servidor DELVEQUE OLIVEIRA DA SILVA, posicionado na Classe "C", Padrão 15, em vaga decorrente da aposentadoria de Maria Alves Satas.

MINISTRO NILSON NAVES

SECRETARIA

PORTRARIA N° 177, DE 25 DE MARÇO DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso XII, do Ato nº 124/MP, de 12 de junho de 2000, alterado pelo Ato nº 49/MP, de 9 de abril de 2003, e considerando o que consta do Processo STJ 7439/2003, resolve:

DECLARAR vago, nos termos do art. 33, inciso VI, da Lei nº 8.112/90, o cargo de Técnico Judiciário, Área de Apoio Especializado - Segurança, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça, ocupado pelo servidor DELVEQUE OLIVEIRA DA SILVA, em virtude de sua readaptação no cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa.

JOSÉ ROBERTO RESENDE